

> Entre Simone de Beauvoir e Ana Cristina Cesar: um estudo sobre a literatura da mulher

> Between Simone de Beauvoir and Ana Cristina Cesar: a study about women's literature

por João Pedro Cerdeira

Mestre em Letras (2020) pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), vinculado à linha de pesquisa "Literatura e autonomia: entre estética e ética". Durante o mestrado, foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: joaopedrocerdeira@hotmail.com. ORCID: 0000-0002-0382-1299.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir o conceito de "literatura da mulher" a partir da leitura de duas importantes autoras do século XX: a filósofa francesa Simone de Beauvoir e a poeta, tradutora e crítica literária brasileira Ana Cristina Cesar. Ainda que distantes entre si, encontramos na produção intelectual de ambas as autoras diversas aproximações possíveis que nos permitem refletir a respeito das relações entre gênero e literatura a partir de noções como alteridade e representação, contribuindo para o debate em torno deste conceito.

Palavras-chave: Literatura. Gênero. Mulher. Simone de Beauvoir. Ana Cristina Cesar.

Abstract

This paper intends to discuss the concept of "women's literature" from the analysis of two important authors of the 20th century: the French philosopher Simone de Beauvoir and the Brazilian poet, translator and literary critic Ana Cristina Cesar. Although distant from each other, we find in the intellectual production of both authors several possible approximations that allow us to reflect on the relations between gender and literature based on notions such as alterity and representation, contributing to the debate surrounding this concept.

Keywords: Literature. Gender. Woman. Simone de Beauvoir. Ana Cristina Cesar.

> Artigo recebido em 07.06.2020 e aceito em 07.08.2020.

1. Introdução

As discussões envolvendo as possíveis relações entre literatura e gênero não são inéditas. A partir da segunda metade do século XX, é possível localizar uma variedade de esforços de teóricas como, por exemplo, Hélène Cixous e Luce Irigaray. Cixous, a partir de seu conceito de “escrita feminina”, reflete a respeito das possibilidades de aproximação entre corpo e escrita como uma maneira de autorrepresentação que empoderaria as mulheres através da literatura.¹ Irigaray, por sua vez, cunha o conceito de *parler femme*, que podemos traduzir como “falar como mulher” ou mesmo como “falar feminino”, para teorizar a respeito das diferenças entre a linguagem dos homens e a das mulheres, uma vez que, ela argumenta, a entrada da mulher no campo simbólico seria diferente da masculina, e esta, por sua vez, seria tomada como padrão pela psicanálise.²

Muitas vezes negado, e outras tantas reiterado, o conceito de “literatura da mulher” foi, e ainda é, um terreno de disputas. O principal motivo contrário a categorizações desta natureza é que elas estariam imbricadas numa possível cisão entre o que comumente chamamos de Literatura e aquilo que seria, então, a “literatura feminina” – de maneira que a produção literária feminina poderia ser tratada como uma subárea da grande Literatura, menor ou mais específica, à imagem do que podemos encontrar, por exemplo, em jornais e revistas de grande circulação, nos quais os suplementos encontram-se divididos em categorias como “Política”, “Economia”, “Cultura” e “Mulher”, sendo este último restrito a

¹ Hélène Cixous, “The Laugh of the Medusa”, 1986.

² Luce Irigaray, “Speculum of the Other Woman”, 1985.

assuntos estereotipadamente femininos, como moda, beleza, relacionamentos e maternidade.

Contudo, seria possível pensar uma “literatura da mulher”, ou mesmo de outros grupos minoritários, como de pessoas LGBT e negras, que não fosse pautada pelo conteúdo de seus textos e que não recaísse, por conseguinte, em temáticas estereotipadas a respeito destes grupos? Em outras palavras: é possível falar numa “literatura feminina” que não seja calcada numa lógica de representação?

A representação, apesar de grande importância para a história dos estudos literários desde, pelo menos, a *Poética* de Aristóteles, foi criticada e reformulada por diversos autores e autoras sobretudo a partir do século XX. Também a partir da teorização de autoras como Judith Butler, a representação passa a figurar como questão para os estudos de gênero. Em seu *Problemas de gênero*, Butler define a representação como uma força normativa da linguagem, capaz de criar os sujeitos que visa representar. As implicações desta afirmação são alvo da minuciosa investigação da filósofa estadunidense no primeiro capítulo de seu livro, no qual ela discorre a respeito da problemática da representação do sujeito “mulher” no interior do discurso feminista. Ela diz:

Em sua essência, a teoria feminista tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres, que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, mas constitui o sujeito mesmo em nome de quem a representação política é almejada. Mas política e representação são termos polêmicos. Por um lado, a representação serve como termo operacional no seio de um processo político que busca estender visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos; por outro lado, a representação é a

função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres³.

Em outras palavras, a representação, ainda que seja um importante termo operacional no processo de estender legitimidade e visibilidade política às mulheres, é também uma força normatizadora. Ela recorre a Michel Foucault,⁴ para quem as instituições jurídicas produzem os sujeitos que subsequentemente passam a representar a partir de regulações puramente negativas, isto é, “por meio de limitação, proibição, regulamentação, controle e mesmo ‘proteção’ dos indivíduos relacionados àquela estrutura política, mediante uma ação contingente e retratável de escolha”⁵. Contudo, argumenta a filósofa, por razão de estarem condicionados a essas normas, os sujeitos que são regulados por essas estruturas são formados, reproduzidos e definidos a partir de seus parâmetros.

Deste modo, a representação do sujeito “mulher” dentro do interior do discurso feminista é “em si mesma uma formação discursiva como efeito de uma dada versão da política representacional”⁶. Ela prossegue:

E assim, o sujeito feminista se revela discursivamente constituído —, e pelo próprio sistema político que supostamente deveria facilitar sua emancipação, o que se tornaria politicamente problemático, se fosse possível demonstrar que esse sistema produza sujeitos com traços de gênero determinados em conformidade com um eixo diferencial de dominação, ou os produza presumivelmente masculinos. Em tais casos, um apelo acrítico a esse sistema em nome da emancipação das “mulheres” estaria inelutavelmente fadado ao fracasso⁷.

³ Judith Butler, *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, 2003, p. 17-18.

⁴ *Ibidem*, p. 18.

⁵ *Ibidem*, p. 19.

⁶ *Ibidem*.

⁷ *Ibidem*.

Em outras palavras, mesmo discursos que deveriam ter em seu horizonte uma emancipação dos sujeitos que pretendem representar acabam, também, por dar forma a esse sujeito em sua própria perspectiva. Assim, todas as formas de contestação ao poder e aos seus dispositivos de manutenção da opressão do gênero seriam produzidas “dentro do poder” que visam combater.

A partir desta constatação, despontam ao menos duas questões significativas para a discussão a respeito da “literatura da mulher”: 1) como pensar uma literatura da mulher que não seja baseada numa lógica mimética? Isto é, como recorrer a essa discussão sem adotar a visão comum de que o texto literário atuaria como uma representação do real (tal qual a mimese aristotélica)?; 2) como podemos conceber o próprio termo “literatura da mulher” de uma maneira que este não seja também uma representação prescritiva daquilo que deveria ser uma literatura escrita por mulheres?

Ambas as questões, certamente, tem como origem comum uma dificuldade de separar a linguagem de uma noção de linguagem referencial, que, embora em certo grau tenha sido esvaziada pelo pós-estruturalismo, ainda aparece recorrente quando se estudam as relações entre gênero e literatura, gênero e cinema e também as outras formas de arte.

Levando tais aspectos em consideração, o presente artigo se propõe a apresentar alternativas às problemáticas da representação que se instauram nas aproximações entre os estudos de gênero e os estudos literários. Para tal empreitada, analisaremos parte do trabalho de duas importantes autoras que viveram e produziram significativas obras em diferentes momentos do século XX: a filósofa francesa Simone de Beauvoir e a brasileira Ana Cristina Cesar que,

embora seja mais comumente lembrada por sua expressiva obra como poeta, também produziu trabalhos importantes no campo da tradução e da crítica literária.

2. Ana Cristina Cesar e a crítica à Crítica

Em seu ensaio “Literatura e mulher, essa palavra de luxo”, publicado originalmente em 1979, Ana Cristina Cesar esboça uma série de perguntas muito similares às que fizemos à guisa de introdução deste artigo. Ela questiona:

Haverá uma poesia feminina distinta, em sua natureza, da poesia masculina? É no caso de existir essa poesia especial, dever-se-á procurar nela caracteres tais como uma sinceridade levada até o exibicionismo, uma sexualidade que nada mais é do que o desejo de se fazer amar pelos leitores? Poder-se-ia dizer que o homem é mais intelectual ou então se aprofunda mais? Será preciso ligar o sentido da experiência interior a um caráter essencialmente feminino? Poder-se-ia dizer que o apego ao real seja uma das características do homem em oposição à mulher⁸?

Cesar argumenta que é muito comum que determinados tópicos, imagens, dicções e assuntos sejam relacionados à poesia escrita por mulheres. Para ilustrar seu argumento, ela recorre aos textos que figuram nos prefácios de dois livros de poesia: *Flor de poemas* e *Miradouro e outros poemas*, de Cecília Meireles e Henriqueta Lisboa, respectivamente. Ela observa como, em ambos os prefácios, as obras de Henriqueta Lisboa e Cecília Meireles são rápida e inadvertidamente classificadas como muito femininas. Cesar toma como exemplo a figura do mar, recorrente na poética de Meireles, que “torna-se antes de tudo a imagem de um sentimento, de uma experiência psíquica”⁹, e que a crítica literária sublinharia

⁸ Ana Cristina Cesar, “Literatura e mulher: essa palavra de luxo”, 2016, p. 224.

⁹ *Ibidem*, p. 227.

como algo feminino. Todavia, Cesar relembra que imagens marítimas ligadas aos sentimentos e experiências da psiquê humana igualmente figuram nos “romancistas fenomenológicos”¹⁰, como Franz Kafka e Albert Camus, de maneira que seria equivocado caracterizar o uso de determinadas imagens como sendo ligadas especificamente à feminilidade.

Diante disso, Cesar afirma que, tratando-se da literatura de autoria feminina, existem dois caminhos que comumente são tomados pela crítica literária: “a crítica constituída se divide em relação às poetisas: uns veem na delicadeza e na nobreza de sua poesia algo de feminino; outros silenciam qualquer referência ao fato de se tratar de mulheres, como se falar nisso fosse irrelevante ante a realidade maior da Poesia”¹¹. O primeiro dos caminhos está ligado a uma espécie de indução lógica e é, explicitamente, aquilo que observamos na leitura dos prefácios dos livros de Meireles e Lisboa: a crítica toma, de maneira agudamente acrítica, os elementos líricos que são próprios da poesia como possuindo algo, afinal, essencialmente feminino. Isso se mostra evidentemente problemático tanto porque, como já observamos, estes elementos não são exclusivos da poesia escrita por mulheres quanto porque se baseiam num pressuposto essencialista quanto ao gênero, que nos leva novamente à problemática da representação que vimos em Judith Butler, uma vez que a ligação entre determinados assuntos e uma “natureza da mulher”, no final das contas, seria apenas a reiteração dos discursos de poder que representam e criam aquilo que é compreendido por “mulher”.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ *Ibidem*, p. 225-226.

Deste modo, dada a aparente indistinção temática ressaltada por Cesar, não seria mais apropriado que os estudos literários e a filosofia abdicassem de conceitos como “literatura da mulher” e categorizassem toda a produção literária, seja ela feminina ou masculina, unicamente sob o nome da Literatura? A criação de uma nova categoria, como, por exemplo, “literatura feminina”, ou mesmo lésbica, negra, gay, *queer*, etc., não significaria, no fim das contas, apenas apartá-las do todo, num exercício ineficaz de fragmentação que, longe de chamar atenção à especificidade, apenas relegaria a produção destes grupos minoritários à condição de algo diferente, menor, em relação àquilo que estabelecemos como sendo universal? De outro modo: essas nomenclaturas, que num primeiro momento poderiam ser concebidas para fins de classificação, não cumpririam o papel de constranger e circunscrever a produção literária de mulheres e de outros grupos minoritários a lugares estereotipados, limitando seu potencial criador?

Tais questionamentos nos levam ao segundo caminho estabelecido para lidar com a produção literária de mulheres ao qual Cesar se refere, que seria justamente o de apagar as diferenças, as possíveis particularidades, das mulheres no campo do literário. “Cecília Meireles e Henriqueta Lisboa? Estamos falando de mulheres. Acho imprescindível este fato”, afirma ela, “Considerá-las *poetas* e fazer crítica literária *tout court* pode ser até machista”¹². A autora defende a necessidade de se considerar o gênero das escritoras, de modo a se opor um silenciamento da crítica – abordagem, segundo ela, diametralmente oposta à de reduzir toda a escrita feminina a lugares-comuns dos estereótipos de mulheridade, porém igualmente problemática.

¹² *Ibidem*, p. 227.

A oposição entre essas possibilidades – a de circunscrever toda a produção de mulheres sob a égide de um eixo temático estereotipado *versus* desconsiderar o gênero da autora como importante ou relevante para o texto literário – se faz presente exclusivamente quando pensamos o conceito de literatura feminina dentro de uma chave de representação, a partir de imagens, dicções e temas específicos que, por sua vez, são, como dissemos, relembrando o exemplo da figura do mar na poética de Meireles, completamente relativos. Assim sendo, o que se pode depreender do ensaio de Ana Cristina Cesar é uma problemática que se estabelece a partir da necessidade de pensar categorias como “literatura da mulher” de uma maneira que não acabe por desaguar numa análise de temas e assuntos que poderiam ser abordados em um texto escrito por uma mulher. A necessidade dessas categorias, de se assinalar que “quando falamos em Meireles e Lisboa, estamos falando de mulheres”, se desvela importante à medida que estas categorizações funcionam como contestação de um silenciamento por parte da crítica quanto às especificidades do gênero, que, como veremos também em Simone de Beauvoir, servem para a manutenção de uma lógica masculinista.

3. Simone de Beauvoir: da alteridade como lugar de escrita

Em movimento similar ao que Ana Cristina Cesar faz a respeito das poetisas Cecília Meireles e Henriqueta Lisboa, a influente filósofa francesa Simone de Beauvoir afirma sobre si mesma: “Sou uma mulher”. Tal asserção, encontrada no início de seu já canonizado ensaio filosófico *O segundo sexo*, parece – tal como a “constatação” de Cesar sobre Meireles e Lisboa serem, também, mulheres –, num primeiro momento, tão óbvia que poderíamos questionar sua necessidade.

Contudo, no interior da filosofia de Beauvoir, a demarcação de seu gênero se mostra indubitavelmente central e relevante.

A autora postula em sua obra uma relação entre homens e mulheres num campo de alteridade. Contudo, a alteridade delineada no interior da filosofia beauvoiriana não é, com efeito, a dialética de intersubjetividade entre o sujeito e o outro encontrada em parte significativa da filosofia ocidental. Para Beauvoir, a alteridade que se faz presente na relação entre os gêneros é uma alteridade não recíproca, malograda. Segundo a autora, os homens transcendem sua realidade corpórea fundindo-se ao universal sob o signo do humano através de um projeto individual de existência. A mulher, em contraparte, é relegada à imanência corporal através de um projeto que não é autenticamente seu, mas, antes, da espécie humana. Transfigura-se, assim, no Outro absoluto, no inessencial, no segundo sexo: “A representação do mundo, como o próprio mundo, é operação dos homens; eles o descrevem do ponto de vista que lhes é peculiar e que confundem com uma verdade absoluta”¹³. Ela também afirma:

Agastou-me, por vezes, no curso de conversações abstratas, ouvir os homens dizerem-se: ‘Você pensa assim porque é uma mulher’. Mas eu sabia que minha única defesa era responder: ‘penso-o porque é verdadeiro’, eliminando assim minha subjetividade. Não se tratava, em hipótese alguma, de replicar: ‘E você pensa o contrário porque é um homem’, pois está subentendido que o fato de ser um homem não é uma singularidade; um homem está em seu direito sendo homem, é a mulher que está errada¹⁴.

No excerto destacado, a pensadora francesa demonstra a posição relativa que a mulher ocupa em relação ao homem: é sempre a mulher que necessita adjetivar-se, marcar a sua diferença, enquanto a posição do homem jamais é

¹³ Simone de Beauvoir, *O segundo sexo: mitos e fatos*, 1970, p. 183.

¹⁴ *Ibidem*, p. 9.

posta em perspectiva. A partir desta constatação, nos parece necessário pensar uma conceituação para “literatura feminina” de um modo que, longe de afirmar uma ruptura entre a mulher e o universal, pelo contrário, seja responsável por uma contestação da pretensa neutralidade reivindicada pelo homem, à medida que denuncia – sublinhando a diferença – a relatividade dos papéis do gênero, bem como o lugar de poder mascarado pelo discurso da universalidade.

Para melhor compreendermos o modo como essa alteridade e a necessidade de demarcação do gênero que advém dela são expressas dentro da filosofia de Simone de Beauvoir, convém que nos debrucemos um pouco mais atentamente sobre o primeiro volume de *O segundo sexo*. Segundo a filósofa, como já afirmamos, os homens transcendem o “destino biológico” através de um projeto individual no qual “criam-se” a si mesmos a partir de suas ações, de um modo similar ao que encontramos em Jean-Paul Sartre, para quem a existência precederia a essência. Para as mulheres, no entanto, Beauvoir argumenta que esse projeto não seria individual, mas da espécie humana. A filósofa ressalta aspectos como o casamento e a maternidade como alguns dos responsáveis, ao longo da história da humanidade, pela condição de imanência da mulher, que é relegada à vida familiar e doméstica, de maneira que as mulheres não constituem para si próprias um projeto autêntico de existência, mas apenas operam as funções biológicas de seu corpo. Ela diz: “engendrar, aleitar não são *atividades*, são funções naturais; nenhum projeto nelas se empenha. Eis por que nelas a mulher não encontra motivo para uma afirmação ativa de sua existência: ela suporta passivamente seu destino biológico”¹⁵.

¹⁵ *Ibidem*, p. 83.

A autora aponta o imaginário humano, ao qual ela se refere como “mitos”, forjado pelos homens, como o responsável pela criação e pela manutenção desta alteridade que não é recíproca. A reflexão de Beauvoir a respeito dos mitos inicia-se no capítulo voltado à história da civilização humana em *O Segundo Sexo*, quando a filósofa descreve os primeiros povos sedentários à luz de sua filosofia existencialista. Ela explora a possibilidade de que, entre estes povos, ainda se ignorasse o papel masculino na reprodução, de maneira que uma série de mitos foram criados a respeito de como se fecundam as mulheres nos quais há uma relação associativa e mimética entre o corpo da mulher e a própria natureza. Surge, diante disso, uma gama de imagens divinas da mulher, como deusas da fertilidade, e a maternidade é sacralizada. Entretanto, longe de conferir prestígio e poder à Mulher, a partir dos quais seria possível uma aproximação com os matriarcados descritos por Engels, sua mistificação a assujeita, transforma-a num Outro, como afirma Beauvoir:

Já dissemos que o homem só se pensa pensando o Outro: apreende o mundo sob o signo da dualidade; esta não tem, de início, um caráter sexual. Mas, naturalmente, sendo diferente do homem que se põe como o Mesmo é na categoria do Outro que a mulher é incluída; o Outro envolve a mulher; ela não é, a princípio, assaz importante para encarná-lo sozinha, de modo que se desenha no coração do Outro uma subdivisão; nas antigas cosmogonias um mesmo elemento têm amiúde uma encarnação, a um tempo, de macho e de fêmea; assim é que entre os babilônios, o Oceano e o Mar são a dupla encarnação do caos cósmico. [...] Dizer que a mulher era o Outro equivale a dizer que não existia entre os sexos uma relação de reciprocidade: Terra, Mãe, Deusa, não era ela para o homem um semelhante: era além do reino humano que seu domínio se afirmava: estava, portanto, fora desse reino. A sociedade sempre foi masculina; o poder político sempre esteve nas mãos dos homens¹⁶.

¹⁶ *Ibidem*, p. 83.

Outro aspecto relevante levantado por Beauvoir para explicar a alteridade é a revolta humana contra a natureza e sua condição carnal, que, segundo Beauvoir, os homens não pouparam esforços para transcender. E essa natureza, a carne que destrona o homem de suas ambições de deidade, é associada ao feminino, novamente pela função biológica da fêmea de engendrar a vida, de maneira que a existência da mulher, e a criação da vida por meio dela, passam também a remeter a essa “animalidade”, esse pertencimento dos seres humanos ao mundo natural. A autora assinala, em sequência:

Entre os primitivos, o parto é cercado dos mais severos tabus; a placenta, em particular, deve ser cuidadosamente queimada ou jogada ao mar, pois quem quer que dela se apossasse teria nas mãos o destino do recém-nascido; essa ganga em que se formou o feto é o sinal de sua dependência; aniquilando-a, dá-se ao indivíduo a possibilidade de se desprender do magma vivo e realizar-se como ser autônomo. A mácula do nascimento recai na mãe. O Levítico e todos os códigos antigos impõem ritos purificadores à parturiente; e em muitas regiões rurais a cerimônia da purificação é conservada tradicionalmente¹⁷.

O parto, a menstruação e tantos outros elementos da vida biológica das mulheres despertam nos homens um sentimento de repugnância justamente por sua filiação à natureza. As escrituras religiosas impõem períodos de purificação às parturientes e proíbem os homens de manterem relações sexuais com mulheres menstruadas: “O homem defende-se contra a mulher enquanto fonte confusa do mundo e turvo devir orgânico”¹⁸.

Eis, portanto, porque a mulher tem um duplo e decepcionante aspecto: ela é tudo a que o homem aspira e tudo o que não alcança. Ela é a sábia mediadora entre a Natureza propícia e o homem: é a tentação da Natureza indomada contra toda sabedoria. Do bem ao mal, ela encarna carnalmente todos os valores morais e seus contrários; é a substância da ação e o que se lhe opõe, o domínio do homem sobre o mundo e seu malogro; como tal, é

¹⁷ *Ibidem*, p. 186

¹⁸ *Ibidem*, p. 186.

a fonte de toda reflexão do homem sobre a própria existência e de toda expressão que possa dar-lhe; entretanto, ela se esforça por desviá-lo de si mesmo, por fazê-lo soçobrar no silêncio e na morte. Serva e companheira, ele espera que ela seja também seu público e juiz, que ela o confirme em seu ser; mas ela contesta-o com sua indiferença, e até com seus sarcasmos e risos. Ele projeta nela o que deseja e o que teme, o que ama e o que detesta. E se é tão difícil dizer algo a respeito é porque o homem se procura inteiramente nela e ela é Tudo. Só que ela é Tudo à maneira do inessencial: é todo o Outro. Enquanto outro, ela é também outra e não ela mesma, outra e não o que dela é esperado. Sendo tudo, ela nunca é isso justamente que deveria ser; ela é perpétua decepção, a própria decepção da existência que não consegue nunca se atingir nem se reconciliar com a totalidade dos existentes¹⁹.

No excerto destacado, Beauvoir retoma a questão da alteridade, e comenta a ambiguidade que a mulher ocupa no imaginário dos homens. De maneira maniqueísta, hora é pura, casta, mãe, à imagem cristã da Virgem Maria, hora é o demônio, a tentação e a perversidade, como Eva. Deste modo, a mulher se assinala como um mistério, como dúbia e ambígua, de difícil compreensão: novamente colocada na posição do Outro. Contudo, como ela demonstra, a posição relativa da mulher não se dá apenas entre os povos ancestrais: também os mitos da criação do cristianismo cumprem um papel de sedimentação desta alteridade da mulher:

Todos os mitos da criação exprimem essa convicção preciosa do macho e, entre outras, a lenda do Gênesis que, através do cristianismo, se perpetuou na civilização ocidental. Eva não foi criada ao mesmo tempo que o homem; não foi fabricada com uma substância diferente, nem como o mesmo barro que serviu para moldar Adão: ela foi tirada do flanco do primeiro macho. Seu nascimento não foi autônomo; Deus não resolveu espontaneamente criá-la com um fim em si e para ser por ela adorado em paga: destinou-a ao homem. Foi para salvar Adão da solidão que ele lha deu, ela tem no esposo sua origem e seu fim; ela é seu complemento no modo do inessencial²⁰.

¹⁹ *Ibidem*, p. 186-187.

²⁰ *Ibidem*, p. 186.

Como a filósofa salienta, também nas escrituras judaico-cristãs a alteridade do feminino é igualmente expressa, a partir do mito da criação da primeira mulher, Eva, que não se deu paralela à do homem, mas em sequência, e devido somente à carência de Adão. Desta maneira, o destino da mulher segundo o cristianismo é traçado nos primórdios: criada a partir da costela do homem (em detrimento do próprio homem, moldado no barro à semelhança de Deus), a mulher é fabricada *do* homem e *para* o homem, é assinalada como o Outro, o segundo, sempre em função daquele que é sujeito, é o neutro universal, fabricado à imagem do Criador. A partir disso, ela prossegue:

Nenhum homem consentiria em ser uma mulher, mas todos desejam que haja mulheres. “Agradecemos a Deus por ter criado a mulher.” “A Natureza é boa demais, pois deu a mulher aos homens.” Nessas frases, e outras análogas, o homem afirma uma vez mais com arrogante ingenuidade que sua presença neste mundo é um fato inelutável e um direito, enquanto a da mulher é um simples acidente: um bem-aventurado acidente²¹.

Destarte, o argumento central da reflexão de Simone de Beauvoir é que o “tornar-se mulher” é tornar-se, enfim, o Outro absoluto, relegado a uma imanência que a sujeita ao corpo. Diante disso, o corpo passa a ser também objeto da investigação da filósofa. Para a autora, é em seu corpo que a mulher sente e vive sua condição de mulher, é a partir dele que se relaciona com seu gênero e com o mundo: é, afinal, um corpo-vivido, que nos permite aproximações teóricas com outras autoras, como Hélène Cixous, mencionada no principiar deste artigo, que em seu *O riso da medusa* defende uma ruptura com uma tradição literária masculinista que resultaria de uma literatura que partisse do próprio corpo feminino.

²¹ *Ibidem*, p. 181.

4. Considerações finais

Como afirmamos em nossa introdução, muitas foram as autoras que se ocuparam de refletir, ao longo do século XX, a respeito das relações entre gênero e literatura. Ainda que possivelmente não seja o texto mais completo sobre o assunto, *Literatura e mulher: essa palavra de luxo* foi, sem dúvida, importante para que esse debate se instaurasse nos estudos literários brasileiros. A análise de Ana Cristina Cesar traz elementos importantes, não apenas teóricos mas também a respeito de como a crítica literária pensava e pensa tais assuntos no Brasil.

Igualmente, em *O segundo sexo* e mesmo na extensa obra literária de Beauvoir, dividida entre romances, teatro, novelas e livros de memórias, encontramos valiosos subsídios para nossa reflexão. Embora, naturalmente, essa discussão também tenha sido muito mais aprofundada e minuciosa em outras escritoras, filósofas e teóricas do feminismo, as reflexões tanto de Cesar quanto de Beauvoir se mostram bastante enriquecedoras para a discussão e, como buscamos evidenciar ao longo deste trabalho, são muitas as aproximações possíveis entre a filosofia de Simone de Beauvoir e as considerações de Ana Cristina Cesar a respeito das relações entre literatura e mulher, que sem dúvida cumprem uma função de enriquecer este debate tão longo e espinhoso quanto profícuo e importante. Consideramos necessário agora, à guisa de conclusão, contrapô-las objetivamente, a título de reforçar nossa argumentação.

Na crítica de Ana Cristina Cesar ao modo como a instituição da crítica literária pensa e categoriza a produção literária de mulheres, ela aponta para dois caminhos habituais que, como ela demonstra, são problemáticos. O primeiro, que relega a produção literária de mulheres a um campo de particularidades e

estereótipos, e o segundo, que recai num silenciamento tácito a respeito destas mesmas particularidades. A lógica a partir da qual operam ambos os caminhos é justamente a da criação de uma oposição entre uma Literatura supostamente neutra e universal e uma literatura feminina calcada exclusivamente em temáticas específicas – estas que são, lembrando o exemplo da figura do mar na poética de Cecília Meireles, relativas. Essa concepção afina-se perfeitamente à luz da filosofia de Beauvoir: a pressuposição de uma neutralidade na literatura atua unicamente para mascarar as relações de poder no campo do gênero, onde se delineia a primazia do masculino dentro do campo da alteridade malograda que relega a mulher ao segundo sexo.

Diante disso, a primeira coisa a ser observada quando falamos em literatura feminina é que tal conceito não opera na execução de uma fragmentação do literário, separando o “feminino” da universalidade da Literatura, mas, pelo contrário, compreende a inexistência de uma universalidade real e contesta o lugar privilegiado que ocupa a literatura produzida por homens justamente por esta mascarar-se de uma neutralidade que acaba por relegar a produção feminina ao “particular”. Essa oposição temática entre o universal/masculino e o particular/feminino se baseia em relegar à “literatura feminina” autoras em cujas obras é possível encontrar uma correspondência banal com o imaginário corrente do conceito de “mulher”, enquanto que, nas obras de autoras onde essa correspondência não é alcançada, assume-se uma voz literária supostamente neutra – suprimindo a condição de mulher destas escritoras.

Ana Cristina Cesar parece concordar com a filosofia de Beauvoir quando afirma que, ao falarmos de escritoras como Cecília Meireles e Henriqueta Lisboa, estamos falando de mulheres, e que, igualmente, “Considerá-las *poetas* e fazer crítica literária *tout court* pode ser até machista”²². Tal constatação pode ser, inclusive, confirmada a partir da leitura e da crítica da obra literária de Simone de Beauvoir, tanto em sua vasta produção autobiográfica, como em *Memórias de uma moça bem comportada* e *A força das coisas*, em que a autora se utiliza de sua própria biografia para demonstrar sua concepção de mulher como sujeito em situação, bem como em sua obra parcial ou inteiramente ficcional, como *A convidada*, *Os mandarins* e as novelas reunidas em *A mulher desiludida*.

Destarte, o que se mostra de relevante é a concepção de que a assim chamada literatura da mulher não é “da mulher” ou “feminina” simplesmente por *falar* sobre mulheres dentro de determinadas concepções ou assuntos, numa lógica mimética que tanto pressupõe uma realidade acabada e estática, essencial, quanto, em contraparte, cria os sujeitos que visa representar, tal como demonstramos através de Judith Butler. Pelo contrário, o que caracterizaria, portanto, a literatura feminina seria a constatação de sua origem, por ser uma literatura que tem como ponto de partida, como origem da escritura, não uma voz supostamente neutra, à imagem do *cogito* de René Descartes, que desponta no nada, descorporificado, mas, pelo contrário, sempre a partir de um corpo, um corpo que é generificado, que é vivido a partir de sua situação e de seu gênero, e que funciona não como uma forma passiva de vivenciar e se relacionar com o Mundo e o Outro, mas como ponto de partida para uma experiência que é sempre

²² Ana Cristina Cesar, *Op. Cit.*, 2016, p. 227.

específica. Ademais, a experiência é específica não por se opor a um universal, mas pela compreensão da ausência de uma universalidade, de um “Eu” que seja neutro, de maneira que toda a subjetividade – masculina ou feminina, hétero ou homo, negra ou branca, etc. – seja sempre produto das situações que lhe são próprias, tanto constitutivamente quanto delas resultantes.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CESAR, Ana Cristina. Literatura e mulher, essa palavra de luxo. In: CESAR, Ana Cristina. *Crítica e Tradução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CIXOUS, Hélène. The Laugh of the Medusa. In: ADAMS, Hazard; SEARLE, Leroy (Org.). *Critical Theory since 1965*. Tallahassee: University Press of Florida, 1986.

IRIGARAY, Luce. *Speculum of the Other Woman*. Nova Iorque: Cornell University Press, 1985.

Referência para citação deste artigo

CERDEIRA, João Pedro. Entre Simone de Beauvoir e Ana Cristina Cesar: um estudo sobre a literatura da mulher. **Revista PHILIA | Filosofia, Literatura & Arte**, Porto Alegre, volume 2, número 2, p. 302 – 320, novembro de 2020.